



Conselho
Regional de
Psicologia
do Paraná

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PSICOLOGIA JURÍDICA

Data: 12/09/2017

Coordenadora: Psic. Maria Cristina Neiva de Carvalho – CRP 08/1397

Participantes: Vide lista de presença

Pauta:

- Congresso Internacional de Psicologia Jurídica
- Audiência com a presidência do Tribunal de Justiça do Paraná
- Relato dos colaboradores que participaram da Plenária de 11/08/17 sobre as comissões temáticas: a comissão de Psicologia Jurídica apresentou seu percurso, a necessidade de discussão sobre documentos em Psicologia Jurídica, propostas de continuidade e relações com outras comissões
- Relato dos colaboradores que participaram da Plenária de Assembleia Orçamentária
- Relato de colaboradores que participaram de outros eventos
- Ações relativas ao GT nacional de socioeducação (apêndice - 1)
- Ações relativas à Escuta da Criança na Justiça (GT nacional e Reunião com Juiz Dr. Osvaldo Canela – vara de crimes contra a criança e adolescente – comarca de Curitiba)
- Andamento das produções para publicação
- Evento sobre Documentos para o Sistema de Justiça
- Encontro Paranaense de Psicologia e II Congresso Internacional de Psicologia da Tríplice Fronteira
- Confirmação e análise da decisão da comissão de Psicologia Jurídica sobre o funcionamento da mesma (apêndice 2)

Informações gerais:

- A coordenadora da comissão apresentou síntese do Congresso Internacional de Psicologia Jurídica, com destaque para a ampliação que esse campo de atuação tem tido e para o aprofundamento de estudos na área. As temáticas sobre as interfaces entre psicologia jurídica e direitos humanos foram bastante discutidas no evento, principalmente relativas ao sistema penitenciário, onde o Paraná teve participação expressiva com apresentações de profissionais de Foz do Iguaçu.

- Foram relatadas pela coordenação da comissão as ações que o CRP 08 desenvolveu diretamente com o Tribunal de Justiça do Paraná. A primeira delas, especificamente à entrega do parecer contrário aos honorários de perícia estabelecidos pelo TJPR ao que foi informado pelo representante da presidência do TJPR que a temática estava em estudo interno. Em segundo lugar foi discutido sobre algumas demandas de magistrados para atividades a serem desenvolvidas pelo psicólogo jurídico no Estado que em alguns casos não são atribuições dessa categoria profissional. Como encaminhamento a Corregedoria vai analisar a questão. Finalmente foi exposta a necessidade de participação do CRP na formação de magistrados para informação sobre detalhamentos do exercício profissional do psicólogo no sistema de justiça, evitando demandas inadequadas e fortalecendo ações interdisciplinares.
- Sobre a Plenária de 11/08/2017 das comissões temáticas, a colaboradora Talita expõe seu relato da reunião, enfatizando a importância de que a comissão de Psicologia Jurídica se aproxime de outras comissões para ações conjuntas. Em especial, cita a parceria com a comissão de Direitos Humanos, por haver várias temáticas que transitam nas duas comissões. Informa que 20/09/17 haverá reunião da Comissão de Direitos Humanos, com o subgrupo relativo ao sistema penitenciário e que seria importante a aproximação.
- Os colaboradores que estiveram na Assembleia Orçamentária trouxeram seu parecer por escrito ou verbalmente na reunião, confirmando o quanto é essencial que os profissionais se aproximem das atividades dos CRs para compreender a complexidade e extensão das ações.
- A coordenação da comissão expõe brevemente as ações do GT nacional da escuta da criança na justiça e do GT nacional de medidas socio educativas. Da mesma forma, a reunião com Dr Osvaldo Canela (vara de crimes contra a criança – Curitiba) onde se entregou e discutiu o parecer do CRP 08 sobre o projeto de escuta da criança a ser desenvolvido nessa vara. O magistrado analisará as questões apontadas referentes à atuação do psicólogo.

Pontos mais importantes discutidos:

- O artigo produzido pelo colaborador Gabriel já está em fase de conclusão. Analisada a possibilidade da comissão ter uma coluna na Revista Contato o que é aprovado pelos participantes.
- Confirmação do funcionamento da comissão por temáticas, onde cada colaborador se envolverá mais com as atividades de representação do CRP 08, relativas a sua área de interesse/atuação.
- Ampla discussão sobre os eventos de documentos para março/2018 e sobre a participação da comissão no EPP e, agosto de 2018.

Encaminhamentos:

- Organizar sugestões para a elaboração de propostas sistematizadas para os eventos vindouros.



Próxima reunião : 03/10/2017

APÊNDICE 1 : SOBRE GT NACIONAL DE MSE

O GT nacional de MSE definiu que cada representação mediará os CRs representados para acompanhar a revisão que estão realizando a respeito do documento de referência do CREPOP acerca de medidas socioeducativas em meio aberto e fechado.

A mediação será realizada em agosto e setembro e em outubro o GT terá a ciência das contribuições dos CRPs.

O retorno dos CRPs sobre as revisões deve ser feito até o final de setembro. O Crepop compartilhará o material com o GT, que a partir de então se debruçará sobre para continuar suas contribuições.

Foi definido que o GT fará uma reunião presencial no dia 20 de outubro de 2017, na sede do CFP para encaminhamento desse trabalho.

Encaminhou-se que o trabalho dos membros do GT junto aos CR's será orientado por um roteiro no qual constam os pontos críticos do debate sobre as MSE e a atuação das/dos psicólogos neste contexto.

Roteiro com pontos críticos que devem ser objeto da mediação junto aos CRPs:

- diferenciar as Medidas Socioeducativas do Sistema Penal;
- uso de algemas;
- garantia de direitos: o que é uma condição mínima de trabalho com os agentes;
- questão de fardamento;
- intersectorialidade e intersectorialidade entre o meio aberto e o meio fechado;
- PIA: limites e possibilidades- compreensão do PIA, inclusão das famílias- PIA como documento norteador;
- sugestão de medidas;
- produção de documentos;
- internação sansão;
- semiliberdade;
- diferenciação entre as diversas atribuições dos psicólogos que atuam no sistema socioeducativo, das atribuições dos psicólogos que atuam na Justiça, Cras, Creas, Saúde;
- como está a relação da equipe de psicólogos com o sistema de Justiça.
- quantidade de jovens vinculados a cada profissional psicólogo;
- gênero;
- violência institucional;
- acolhimento inicial;
- participação nos Conselhos Disciplinares;

Sugestão de encaminhamentos enviados para o GT nacional por Maria Cristina N. Carvalho para a tele-reunião de 11/9/17

1. Necessidade de efetiva comunicação e integração entre todas as políticas envolvidas na implementação do SINASE (educação, saúde, assistência social, etc) além dos órgãos do sistema de justiça. Não somente como conselheira, mas principalmente pela minha prática em supervisão de estágios e consultora na área, identifiquei ser esse um dos maiores problemas na busca de melhores resultados junto à problemática

2. Aproximação e criação de espaços de interlocução entre CRs e sistema de justiça e instituições responsáveis pela execução das medidas para discussões técnicas e éticas sobre a atuação do psicólogo nesse campo das MSE
3. Necessidade de garantias de capacitação e assessoria técnica para os psicólogos atuantes nas MSE para fortalecimento de sua prática , promovendo maior segurança e empoderamento para enfrentar e solucionar embates técnicos, teóricos, éticos e políticos característicos da atuação do psicólogo no sistema de justiça.
4. Ações inovadoras dos Crs junto à sociedade e IES com objetivo de socializar a amplitude da problemática do adolescente com prática infracional e as consequentes MSE. (Como dou aulas não somente para Psicologia e acabo tendo contato com várias formações acadêmicas, vejo o quanto esse conhecimento ainda é incipiente. Da mesma forma, na sociedade em geral muita coisa deve ser feita e que passa inicialmente pela informação completa e neutra acerca da realidade desses adolescentes) .

APÊNDICE 2: Distribuição de funções na Comissão de Psicologia Jurídica

1. Comunicação – Talita
2. Produções e Divulgação – Gabriel
3. Eventos – Ceciana, Carlise e Maria Cristina Cit
4. Participação em eventos – Ceciana , Gabriel e Carlise
5. Ações relativas a temáticas específicas:
 - Sistema penitenciário – Romi
 - Escuta da criança – Dorivan e Maria Cristina Cit
 - Violência Doméstica – Ceciana
 - Justiça Restaurativa - Gabrielle